



SIMULADÃO GUARDA OLINDA-PÉ



PORTUGUÊS

TEXTO I

Templo descoberto no México revela como os astecas faziam sacrifícios humanos As execuções em nome do deus Xipe Totec aconteciam durante um festival conhecido como Tlacaxipehualiztli que significa "esfolamento dos homens"

Muitas civilizações pré-colombianas fizeram sacrifícios humanos. Mas, como várias delas não deixaram registros escritos, as teorias sobre como aconteciam esses rituais são baseadas apenas nos relatos dos colonizadores. Agora, vestígios físicos de um templo recém-descoberto no México podem ajudar a solucionar esse mistério. A edificação foi construída em homenagem ao deus Xipe Tótec, o "Lord Esfolado", a principal divindade a quem eram dedicados esses sacrifícios.

Xipe Totec está entre as mais antigas divindades pré-colombianas conhecidas. Acredita-se que ele tenha sido adorado por muitas culturas antigas, incluindo os astecas. Era venerado como o deus da primavera, do renascimento, da libertação e da fertilidade. Apesar de Xipe Totec estar no cânone dos deuses pré-colombianos, é a primeira vez que arqueólogos encontram um templo inteiramente dedicado a ele.

A edificação tem 12 metros de largura por 3,5 de altura, foi erguida entre os anos 1000 d.C e 1260 d.C., e está localizada no sítio arqueológico de Ndachjian-Tehuacán, em Puebla, no México. Os arqueólogos afirmam que a etnia Popolocas construiu o templo, mas pouco tempo depois foi dominada pelos astecas.

Os sacrifícios para Xipe Totec aconteciam durante um festival conhecido como Tlacaxipehualiztli — que significa, ao pé da letra, "esfolamento dos homens". De acordo com um antigo mito, o deus estendia sua pele sobre a terra durante a primavera, renovando o solo com nova vegetação.

Por isso, no festival, tirava-se a pele de humanos em uma cerimônia que simbolizava o renascimento, a fertilidade e a alternância das estações.
<https://super.abril.com.br/historia/templo-descoberto-nomexico-revela-como-os-astecas-faziam-sacrificios-humanos/> Acesso em: 07/01/2019.

1. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Com base nesse texto, assinale a alternativa FALSA.

- A) Os sacrifícios para Xipe Totec aconteciam durante um festival que significa, ao pé da letra, "esfolamento dos homens".
- B) Xipe Totec está entre as mais antigas divindades pré-colombianas conhecidas.
- C) De acordo com um antigo mito, o deus estendia sua pele sobre a terra durante a primavera, renovando o solo com nova vegetação.
- D) Muitas civilizações pré-colombianas fizeram sacrifícios humanos e todas deixaram registros escritos.

2. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Em "Por isso, no festival, tirava-se a pele de humanos em uma cerimônia que simbolizava o renascimento, a fertilidade e a alternância das estações", a conjunção constante desse fragmento estabelece com o outro período uma relação semântica de:

- A) Oposição.
- B) Conclusão.
- C) Explicação.
- D) Alternância.

TEXTO II (para as questões 3 a 5)



- Papai Noel! Este ano eu queria... (...)
- "...Só quero dizer obrigada!"

<https://ola-comoestas.blogspot.com/2012/12/>. Acesso em 14 jan. 2019.

3. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Na tirinha, há expressão de:

- A) Gratidão.
- B) Feição.
- C) Satisfação.
- D) Contente.

4. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) A linguagem é um processo comunicativo pelo qual as pessoas interagem entre si. Nesse sentido, na tira lida, há:

- A) Apenas linguagem verbal.
- B) Apenas linguagem não verbal.
- C) Linguagem multimodal.
- D) Linguagem digital.

5. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Quanto ao uso das reticências, na tira, foram usadas para:

- A) Uma supressão de palavras.
- B) Sugerir movimento.
- C) Indicar chamamento.
- D) Uma continuação de um fato.

TEXTO III



-“Use”, “compre”, “beba”, “coma”, “prove”! EEEEE! O que eles pensam que nós somos?

-E o que nós somos? (...)

- Os malditos sabem que nós ainda não sabemos.

<http://cachinhosleitores.blogspot.com/2013/01/um-ano-novomafaldiano-para-todos-nos.html>. Acesso em 12 jan. 2019.

6. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Observe a charge acima e assinale a alternativa que contém assertivas VERDADEIRAS.

- I) No quadrinho 1, há verbos predominantemente no modo subjetivo.
II) No quadrinho 2, o verbo está no presente do indicativo.
III) No quadrinho 4, os verbos estão no modo imperativo.
A) I e II estão incorretos; III está correta.
B) I e III estão incorretas; II está correta.
C) II e III estão corretas; I está incorreta.
D) Todas estão incorretas.

7. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) No primeiro quadrinho, nas frases “use” “compre” “beba” “coma” “prove”, a classificação do sujeito é:

- A) Indeterminado.
B) Simples.
C) Composto.
D) Oculto.

Leia a história em quadrinhos a seguir.

TEXTO IV



<https://www.umsabadoqualquer.com/625-como-funciona/> Acesso em 12 jan. 2019.

- Deus, obrigado pelo meu sucesso.
- Oxalá, obrigado pelo meu sucesso.
- Ganesha, obrigado pelo meu sucesso.
- Já consegui realizar 254 sucessos hoje.
-Eu 198.
-234.

8. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES)

A história em quadrinhos apresenta, de modo caricatural, a religião. Com base na tirinha, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não há necessidades religiosas inerentes à existência humana.
II. A religião não elimina o mal-estar do homem na civilização.

III. A atitude religiosa possui uma função psíquica importante para o desenvolvimento humano, independente do credo ao qual o indivíduo adere.

Assinale:

- A) Se somente a afirmativa I estiver correta.
B) Se somente a afirmativa II estiver correta.
C) Se somente a afirmativa III estiver correta.
D) Se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

9. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) A justificativa para o uso das vírgulas, na tirinha, é:

- A) Para separar vocativos.
B) Para separar orações justapostas assindéticas.
C) Para separar aposto e certos predicativos.
D) Para separar oração intercalada.

TEXTO V



-É impressionante como a tecnologia deixou várias ferramentas obsoletas nos últimos anos!

-Antigamente a gente gravava tudo em disquete, depois veio o CD, o DVD e agora todo mundo usa pendrive! Que moderno!

- É sério que ele ainda não usa a nuvem?

10. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Segundo a tira:

- A) A sociedade vem acompanhando simultaneamente as tecnologias.
B) As pessoas não precisam aprender mais rápido.
C) A tecnologia está evoluindo mais rápido do que a capacidade humana.
D) Rapidamente, todos deixam as ferramentas antigas e só usam as novas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

- 11. (CONSULPAM/PREF. APUIARÉS-CE)** Um cavalo branco é filho de uma égua preta que é filha de uma égua branca com manchas pretas. Sabemos que um cavalo preto com manchas brancas é avô da égua preta. Assim, é CORRETO afirmar:
- A) O cavalo branco é neto da égua branca.
 - B) O cavalo preto é avô da égua preta.
 - C) A égua branca é avó do cavalo branco.
 - D) Todas as alternativas estão corretas.
- 12. (CONSULPAM/PREF. APUIARÉS-CE)** Todos os jogadores são brasileiros. Assim sendo:
- A) O conjunto dos jogadores contém o conjunto dos brasileiros.
 - B) O conjunto dos brasileiros contém o conjunto dos jogadores.
 - C) Todos os brasileiros são jogadores.
 - D) Algum jogador não é republicano.
- 13. (CONSULPAM/PREF. APUIARÉS-CE)** A prefeitura de Reriutaba funciona de 2ª a 6ª. Após a homologação do Concurso público, a secretaria da Saúde convocou 11 funcionários para tomarem posse em seus cargos. Em relação aos contratados, é necessariamente VERDADE que:
- A) todos os funcionários fazem aniversário em meses diferentes.
 - B) ao menos dois fazem aniversário no mesmo mês.
 - C) ao menos dois começaram a trabalhar no mesmo dia do mês.
 - D) ao menos três começaram a trabalhar no mesmo dia da semana.
- 14. (CONSULPAM/ICTIM-RJ 2023)** Em uma turma de 25 alunos, a mediana das notas de uma prova foi 7,5. Sabendo que a nota mais baixa foi 4 e a nota mais alta foi 10, assinale a alternativa que aponta qual é a quantidade de alunos que tiraram nota abaixo da mediana.
- A) 11.
 - B) 12.
 - C) 13.
 - D) 14.
- 15. (CONSULPAM/ICTIM-RJ 2023)** Uma cidade tem 50 mil habitantes, dos quais 60% são mulheres. Dessas mulheres, 25% são casadas. Assinale a alternativa que indica a quantidade de mulheres solteiras na cidade.
- A) 7.500.
 - B) 9.000.
 - C) 15.500.
 - D) 22.500.

HISTÓRIA DE OLINDA-PE

- 16. (EP QUESTÕES 2023) Leia atentamente o texto a seguir.**
- "A capitania de Pernambuco foi concedida a Duarte Coelho que juntamente com sua comitiva travou várias lutas contra os índios pela posse da terra. Após a derrota dos nativos, foi erguida a igreja de São Cosme e Damião como marco da batalha vencida. "Dali deu Duarte Coelho ordem a se fazer vila de Igaracú uma légua pelo rio adentro, do qual tomou o nome, e também se chama a vila de São Cosme e Damião"
- (SALVADOR, 1982, p.115).
- Igarassu foi fundada em 1535 por Afonso Gonçalves ordenado por Duarte Coelho, sendo a primeira vila pernambucana em que o donatário se estabeleceu. A segunda vila fundada na capitania foi:
- A) Olinda em 1537.
 - B) Olinda em 1535.
 - C) Olinda em 1554.
 - D) Olinda em 1710.
 - E) Olinda em 1631.
- 17. (EP QUESTÕES 2023)** Sobre o contexto da fundação de Olinda, analise as assertivas a seguir.
- I. Já no fim do século XVI, Pernambuco era o produtor de açúcar mais importante da colônia e Recife era um povoado de pescadores e Olinda era a vila mais rica.
 - II. A economia açucareira sustentava a então capitania de Pernambuco. Havia, assim, uma preferência dos colonizadores por Olinda.
 - III. O termo de uma vila, ou "território municipal" era definido a partir da ereção de um local para o pelourinho, localizado à frente da câmara.
- Sobre a formação inicial de Olinda no período colonial, assinale a alternativa correta.
- A) Apenas I e III.
 - B) Apenas I.
 - C) Apenas III.
 - D) Apenas II e III.
 - E) Todas as alternativas estão corretas.

18. (EP QUESTÕES 2023)

"(...) ao criar-se uma nova municipalidade, a ereção do pelourinho era um dos rituais obrigatórios. Postada geralmente diante da casa de câmara, esta coluna era um dos principais emblemas (...) Ela materializava a justiça administrada pelos oficiais da municipalidade, e ali eram açoitados os escravos que recebiam tal condenação."

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Urbs e civitas: A formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas Setecentistas*. São Paulo. Anais do Museu Paulista. V. 20. N. 1. Jan.-jun. 2012. p. 81.

De acordo com o texto, a instalação de um pelourinho em Olinda consistia em uma das características do termo de uma:

- A) Vila.
- B) Freguesia.
- C) Povoado.
- D) Aldeia.
- E) Sesmaria.

19. (EP QUESTÕES 2023)

Embora não seja precisa data com relação a fundação de Olinda, sabe-se, todavia, que o povoado prosperou tanto que elevado à categoria de vila dois anos depois da chegada do donatário da Capitania de Pernambuco.

Qual o nome do militar português que remeteu ao rei de Portugal o foral outorgando a Vila de Olinda?

- A) Duarte Coelho Pereira.
- B) Matias de Albuquerque.
- C) Jorge de Albuquerque.
- D) Bernardo Vieira de Melo.
- E) Cristóvão de Melo.

20. (EP QUESTÕES 2023)

"A Capitania de Pernambuco foi entregue ao fidalgo português Duarte Coelho, que tomou posse de sua capitania desembarcando, em 9 de março de 1535, na feitoria fundada em 1516, entre Pernambuco e Itamaracá. Pouco tempo depois, ele seguiu para o sul em busca de um lugar para se instalar. Encontrou um local estrategicamente ideal, no alto de colinas, onde existia uma pequena aldeia chamada Marim, pelos índios, instalando aí o povoado que deu origem a Olinda. Um sítio protegido pela altura descortinando o mar, com um porto natural formado pelos arrecifes, água em abundância e terras férteis, e fácil de defender, segundo os padrões militares da época. O local era tão aprazível, que, conta-se, o nome Olinda foi dado a partir de uma frase dita por Duarte Coelho: "Ó linda situação para se construir uma vila".

Disponível em <https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/historia/>. Acesso em 22 de junho de 2023.

No imaginário popular, a frase dita pelo primeiro donatário de Pernambuco deu origem ao nome de Olinda. Qual o trecho de música pode ser correlacionado ao contexto do surgimento do nome de Olinda?

- A) "A cidade não para/A cidade só cresce O de cima sobe/E o de baixo desce" (Chico Science)

- B) "Quem vai pro farol/É o bonde de Olinda/Quem vai pro forró/De Olinda sou eu" (Alceu Valença)
- C) "Subi na ladeira de Olinda/E tão juntos vamos apreciar/A vista linda aqui de cima/A vista linda vamos olhar" (Aurinha do Coco)
- D) "Olinda, cidade heroica/Monumento secular/Da velha geração.../Olinda! Serás eterna e eternamente viveras/No meu coração!" (Capiba)
- E) "Eu cheguei nos quatro cantos/Olhei a rua treze de maio/Segui são bento, segui amparo/Fui parar no bonussucesso/Me lembrei de buenos aires" (Eddie)

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

21. (CONSULPAM/PREF. BATURITÉ-CE)

Segundo a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, à EXCEÇÃO de:

- A) a cidadania.
- B) a dignidade da pessoa humana.
- C) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- D) a soberania.

22. (CONSULPAM/PREF. BATURITÉ-CE)

Julgue (como Verdadeiro - V ou Falso - F) as assertivas abaixo, tomando por parâmetro os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais:

- I. repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- II. garantir o desenvolvimento nacional.
- III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais.
- IV. igualdade entre os Estados.
- V. prevalência dos direitos humanos.

Escolha a alternativa CORRETA:

- A) V, F, V, V, V
- B) V, F, F, V, V
- C) F, F, F, V, F
- D) F, V, V, F, F

23. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES)

Analise o enunciado abaixo: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio... (Artigo 144, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Sobre o tema aponte o item INCORRETO:

- A) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

- B) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- C) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- D) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo de todas as rodovias do país.

24. (CONSULPAM/PREF. IRAUÇUBA-CE) Sobre os direitos sociais, conforme a Constituição, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados e o vestuário.
- B) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- C) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- D) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

25. (CONSULPAM/PREF. IRAUÇUBA-CE)

Conforme o texto de nossa Constituição Federal de 1988, serão considerados brasileiros natos:

- A) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.
- B) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- C) Os nascidos no exterior de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição estrangeira competente.
- D) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que não venham a residir na República Federativa do Brasil, mas optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

26. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) É a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizada pela Administração, por não mais lhe convir a sua existência. Pressupõe, portanto, um ato legal e perfeito, mas inconveniente ao interesse público. Em relação ao ato administrativo aqui descrevemos a:

- A) Convalidação.
- B) Invalidação.
- C) Revogação.
- D) Anulação.

27. (CONSULPAM/PREF. IRAUÇUBA-CE) Sobre a extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa que conceitua de maneira CORRETA a "Anulação" e a "Revogação".

- A) Anulação: desfazimento do ato ilegal. Revogação: quando o ato está baseado em uma legislação e uma lei superveniente revoga a lei anterior.
- B) Anulação: extinção do ato por culpa do beneficiário, já que ele descumpriu condições que deveria manter. Revogação: desfazimento do ato ilegal.
- C) Anulação: quando o ato está baseado em uma legislação e uma lei superveniente revoga a lei anterior. Revogação: extinção de ato válido, mas que deixou de ser conveniente e oportuno.
- D) Anulação: desfazimento do ato ilegal. Revogação: extinção de ato válido, mas que deixou de ser conveniente e oportuno.

28. (CONSULPAM/ICTIM RJ 2023) Os poderes da Administração Pública consistem em prerrogativas especiais e instrumentos que o ordenamento jurídico confere ao Estado para que este cumpra suas finalidades institucionais para a busca do interesse público. Em relação aos poderes hierárquico e regulamentar, assinale a afirmativa CORRETA.

- A) É possível identificar o poder de fiscalização em situações que não possuem vinculação com o poder hierárquico.
- B) As determinações expedidas aos subordinados, por meio de atos normativos, são exemplos do poder regulamentar.
- C) As relações hierarquizadas alcançam as entidades resultantes da aplicação da técnica de descentralização.
- D) O subordinado jamais poderá deixar de cumprir as ordens de autoridade superior quando ela for manifestadamente competente.

29. (CONSULPAM) A Administração Pública se divide em Administração Pública direta e indireta: A Administração Pública indireta é composta por entes com personalidade jurídica, que são criados pela Administração Pública direta, para que esta possa transferir, aos entes, algumas das suas competências, visando à eficiência e à qualidade dos serviços públicos. Os entes integrantes da Administração Pública indireta são as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Quando a Administração Pública direta cria pessoas jurídicas especializadas para a transferência da prestação de determinados serviços, diz que há a centralização.
- B) Existem duas espécies de descentralização: a descentralização política e a descentralização administrativa. A descentralização administrativa se dá quando a pessoa descentralizada possui autonomia para execução de suas atividades, com possibilidade de elaboração das próprias leis; possuem uma legitimidade que decorre da própria Constituição.
- C) A descentralização ocorre quando a distribuição de competências é feita de maneira inteira, ou seja, dentro da mesma pessoa jurídica.
- D) O objetivo da descentralização é proporcionar maior eficiência à prestação de serviços públicos, uma vez que ela será realizada por entes especializados, que se dedicarão, de forma específica, àquela finalidade.

30. (CONSULPAM) Os atos administrativos conceitualmente são atos praticados pelas pessoas administrativas, por meio de seus agentes, no pleno exercício de suas competências funcionais, que exteriorizam uma manifestação de vontade do Estado. Eles são capazes de produzir efeitos para assegurar o interesse público, de acordo com as hipóteses e condições previstas em lei. A respeito disso, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O ato complexo, por sua vez, decorre da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades e, somente assim, alcança a perfeição (completo, concluído e formado).
- B) O ato administrativo é a concretização da manifestação de vontade pela Administração Pública, de forma bilateral, em observância ao princípio da legalidade.
- C) Os atos administrativos unilaterais são chamados de contratos administrativos.
- D) Os atos administrativos constituem meras atividades públicas materiais, decorrentes de alguma decisão administrativa e, em princípio, desprovida de interesse para o Direito.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

31. A Lei Orgânica do Município de Olinda traz normas que disciplinam, dentre outros assuntos, o funcionamento da administração pública municipal. Considerando o que dispõe a referida legislação, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A administração pública obedecerá, dentre outros, os princípios da publicidade, moralidade e impessoalidade.
- B) A participação popular será assegurada aos cidadãos, junto à administração municipal e se efetivará, dentre outras formas, pelo controle dos atos do governo.
- C) O município, independentemente de autorização, poderá realizar convênios e/ou consórcios com outros municípios objetivando soluções de interesses comuns.
- D) As entidades da sociedade civil, com sede ou representação no território municipal, poderão requerer a realização de audiência pública para esclarecimento de ato ou projeto da administração municipal.

32. (EP QUESTÕES 2023) Sobre a Lei Orgânica de Olinda, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Município de Olinda, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara Municipal.
- B) O Município de Olinda não poderá ser dividido, sob qualquer pretexto, em Distritos, dada a sua condição de Cidade Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade, constituindo-se, assim, em Distrito Único.
- C) Para a maior eficácia e descentralização administrativa, o Prefeito poderá nomear administradores para os subúrbios, mais populosos e importantes, definidos em Lei, aprovada por maioria absoluta, após prévia aprovação dos nomes indicados, por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
- D) Os topônimos que contarem mais de 15 (quinze) anos, só poderão ser alterados por Lei, após prévia consulta ao eleitorado local.
- E) São símbolos do Município de Olinda, a Bandeira, O Hino, de autoria de Themístocles de Andrade, e o Brasão de Brites de Albuquerque, representativos de sua cultura e história, e, outros estabelecidos em Lei Municipal.

33. (EP QUESTÕES 2023) O Município, como entidade autônoma e básica da Federação garantirá vida digna a seus moradores e será administrado com, EXCETO:

- A) transparência de seus atos e ações;
- B) moralidade;
- C) participação popular nas decisões;
- D) descentralização administrativa.
- E) Centralização administrativa.

34. (EP QUESTÕES 2023) Sobre a Lei Orgânica de Olinda, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Município de Olinda assegurará os valores que fundamentam a exigência e a organização do estado brasileiro, resguardando a soberania da Nação e de seu Povo, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, visando a uma sociedade livre, justa e solidária, isenta do arbítrio e de preconceitos de qualquer espécie, e a manutenção do regime democrático.
- B) Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado, em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, orientação sexual, atividade profissional, religião, convicção política e filosófica, deficiência física, mental e sensorial ou qualquer particularidade, condição social ou ainda, por ter cumprido pena.
- C) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, constituído pela Câmara Municipal e o Executivo, constituído pela Prefeitura.
- D) O Poder Municipal será exercido pelo povo, nos termos da Constituição da República, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.
- E) O Município criará instrumento de participação popular, nas eleições, na gestão e no controle da administração pública, cabe participação apenas dos poderes legislativo e executivo.

35. (EP QUESTÕES 2023) Sobre a Lei Orgânica de Olinda, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos, para cada legislatura, pelo sistema proporcional, entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e aberto, na forma da legislação federal.
- B) O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais e Diretores dos órgãos da administração indireta e fundacional.

- C) Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como, adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.
- D) É vedado ao Prefeito, assumir outro cargo ou função, na Administração Pública, direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto nesta Lei Orgânica.
- E) A realização de obras públicas adequar-se-á a lei de diretrizes específicas, em matéria de política urbana e seu plano diretor, ao plano plurianual de investimento, sem a necessidade de coadunar com a lei do orçamento.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

36. (CONSULPAM/TCM-PA 2023) Segundo os comandos do Código de Processo Penal brasileiro (Decreto-Lei nº. 3.689/1941), logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá tomar as seguintes providências, EXCETO:

- A) Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- B) Determinar, em todo caso, que se proceda à exame de corpo de delito.
- C) Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível.
- D) Averiguar o estado de ânimo do indiciado antes e depois do crime e durante ele.

37. Dadas as afirmativas referentes ao inquérito policial,

- I. O inquérito deverá terminar no prazo de dez dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte a execução da ordem de prisão, ou no prazo de trinta dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- II. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- III. Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

IV. O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, inclusive para a realização de novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Verifica-se que está/ão correta/s

- A) II, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

38. Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A) As diligências requeridas pelo ofendido no curso do inquérito policial deverão ser realizadas pela autoridade policial.
- B) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- C) Nos crimes de ação privada, a lei permite que autoridade policial instaure inquérito policial ainda que não haja o requerimento ofendido.
- D) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não é cabível recurso.
- E) Nos crimes em que a ação pública depender de representação o inquérito não poderá sem ela ser iniciado.

39. A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes.
- B) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça natural, pode a ação penal ser iniciada sem novas provas caso o promotor de justiça substituto opine diversa e posteriormente.
- C) Na hipótese de crimes relacionados ao tráfico de pessoas com autorização de captação de sinais de posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial.
- D) Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênere, mencionando o juízo a que tiverem sido distribuídos, e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.
- E) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

40. No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção correta.

- A) Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.
- B) A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.
- C) A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.
- D) O princípio da nacionalidade, como regra geral, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.
- E) A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

41. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) O homicídio (artigo 121 do Código Penal) será qualificado se cometido, EXCETO:

- A) Sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- B) Mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.
- C) Por motivo fútil.
- D) Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

42. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) O artigo 149 do Código Penal, traz em seu caput: "Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto". O crime aqui tipificado é denominado de Redução a condição análoga à de escravo e tem como pena prevista:

- A) Detenção, de um a cinco anos, além da pena correspondente à violência.
- B) Reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
- C) Reclusão, de um a cinco anos, e multa correspondente à violência.
- D) Detenção, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

43. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Sobre os crimes de Furto e Roubo, analise os itens abaixo:

- I. O crime de furto cujo objeto de tutela jurídica é a propriedade e a posse, tem ação típica que consiste em subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

- II. Roubo qualificado, segundo o Código Penal, artigo 155, é aquele que ocorre com destruição ou rompimento de obstáculo; abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza; emprego de chave falsa ou mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- III. Em se tratando de furto, equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.
- IV. A pena para o crime de roubo, tipificado no artigo 157, é de reclusão de quatro a dez anos, e multa.

Analizados os itens é CORRETO afirmar que:

- A) Apenas o item I está incorreto.
- B) Apenas o item II está incorreto.
- C) Apenas o item IV está incorreto.
- D) Todos os itens estão corretos.

44. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. Aqui temos a tipificação oriunda do Código Penal, relativa ao crime de:

- A) Peculato.
- B) Excesso de exação.
- C) Peculato culposo.
- D) Concussão.

45. Quanto ao tema "Crimes contra a administração pública", assinale a alternativa incorreta acerca do que determina o Código Penal.

- A) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- B) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- C) Concussão: se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- D) Peculato: apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- E) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

46. Acerca dos crimes contra a Administração Pública, praticados por funcionário público, é correto afirmar que

- A) estes crimes não estão previstos no Código Penal.
- B) estes crimes só podem ser praticados na forma dolosa, isto é, não existe crime culposo contra a Administração Pública, praticado por funcionário público.
- C) prevaricação não é um crime contra a Administração Pública, praticado por funcionário público.
- D) corrupção passiva é um crime contra a Administração Pública, praticado por funcionário público.
- E) furto qualificado é um crime contra a Administração Pública, praticado por funcionário público.

47. Nos termos do Art. 327 do Código Penal, para efeitos penais, considera-se "funcionário público"

- A) apenas os servidores públicos investidos em cargo efetivo.
- B) quem exerce cargo, emprego ou função pública, salvo se não remunerado.
- C) quem exerce cargo, emprego ou função pública, salvo se transitoriamente.
- D) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- E) apenas os empregados públicos, os contratados e os servidores públicos efetivos e comissionados.

48. No dia 30 de março de 2023, em Natal/RN, após uma discussão em um bar, João efetuou três disparos de arma de fogo em desfavor de Caio. A vítima foi socorrida e encaminhada a um hospital de Monte Alegre/RN. Após permanecer internado em uma Unidade de Tratamento Intensivo, Caio veio a óbito, no dia 7 de abril de 2023. Nesse cenário, à luz das disposições do Código Penal quanto ao tempo e ao lugar do crime, considera-se praticado o crime no dia:

- A) 30 de março de 2023 (data dos disparos de arma de fogo) e no dia 7 de abril de 2023 (data do óbito). O lugar do crime, por sua vez, engloba Natal/RN e Monte Alegre/RN;
- B) 7 de abril de 2023, mesmo que os disparos de arma de fogo tenham ocorrido em data diversa. O lugar do crime, por sua vez, engloba Natal/RN e Monte Alegre/RN;
- C) 30 de março de 2023, mesmo que o óbito da vítima tenha ocorrido em data diversa. O lugar do crime, por sua vez, engloba Natal/RN e Monte Alegre/RN;
- D) 30 de março de 2023, mesmo que o óbito da vítima tenha ocorrido em data diversa. O lugar do crime, por sua vez, é Monte Alegre/RN;
- E) 30 de março de 2023, mesmo que o óbito da vítima tenha ocorrido em data diversa. O lugar do crime, por sua vez, é Natal/RN.

49. Quanto ao tempo do crime, assinale a opção correta.

- A) Mesmo que lei posterior deixe de considerar determinado fato como crime, não serão excluídos os efeitos penais de condenação feita com base na legislação outrora vigente.
- B) A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que decorrido o período de sua duração.
- C) A lei excepcional tem aplicação imediata, não gerando efeitos caso não aplicada durante sua vigência.
- D) Definido o fato como criminoso, a pena deve ser aplicada quando estabelecida cominação para ele.
- E) Ainda que transitada em julgada sentença penal condenatória, lei posterior terá aplicação imediata.

50. Aquele que constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, pratica, em tese, segundo o Código Penal, o crime de

- A) assédio sexual.
- B) estupro.
- C) violação sexual mediante fraude.
- D) estupro de vulnerável.
- E) importunação sexual.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

51. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Em relação ao Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei 13.022/14), são princípios mínimos de atuação das guardas municipais, EXCETO:

- A) Uso preventivo e ostensivo da força.
- B) Proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas.
- C) Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas.
- D) Compromisso com a evolução social da comunidade.

52. (CONSULPAM/PREF. VIANA-ES) Em relação aos requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal, analise os itens abaixo:

- I. Brasileiro(a) nato ou naturalizado.
- II. Gozo dos direitos políticos.
- III. Quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- IV. Nível médio completo de escolaridade.
- V. Idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

VI. Aptidão física, mental e psicológica.

VII. Idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.

VIII. Outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei estadual.

Dos itens acima quantos estão INCORRETOS:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

53. (CONSULPAM/TCM-PA 2023) No que concerne ao que está expresso no bojo da Lei n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), assinale a alternativa CORRETA.

- A) As penas restritivas de direitos não podem ser aplicadas cumulativamente.
- B) A condenação à perda do cargo está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- C) A pena de suspensão do exercício do cargo dar-se á sem a perda dos vencimentos.
- D) A inabilitação para o exercício de mandato não poderá ultrapassar o período de 4 (quatro) anos.

54. (CONSULPAM/TCM-PA 2023) A violência institucional é um tipo penal incluído recentemente na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869 de 2019), que possui algumas espécies de configuração, conforme a referida norma, devendo-se assinalar a alternativa que traz CORRETAMENTE uma dessas configurações:

- A) Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.
- B) Agente público permitir que terceiro intimide vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização.
- C) Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.
- D) Invadir ou adentrar, clandestina ou astuciosamente, ou à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio ou suas dependências, ou nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei.

55. (CONSULPAM) Analise as afirmativas a seguir.

- I. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento.
- II. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, meramente, declarar a efetiva necessidade.

III. A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente.

Nos termos da Lei Federal nº 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento, é correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e III, apenas.

56. A Lei nº 11.340/2006 prevê as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras como:

- A) A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria ao agressor.
- B) A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter relação sexual desejada, sem impedimento de qualquer método contraceptivo, que desenvolva seus direitos sexuais.
- C) A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde psicológica, crenças e decisões.
- D) A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima.

57. A Lei n.º 11.343/2006, que traz políticas públicas sobre drogas e pessoas envolvidas neste âmbito, prevê duas espécies de internação para usuários ou dependentes de drogas: voluntária e involuntária. Sobre a modalidade involuntária, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Deve ser realizada após a formalização da decisão por médico plantonista, logo após o primeiro atendimento.
- B) Será indicada de maneira preventiva, antes da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde.
- C) Perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.
- D) A família ou o representante legal poderá, após 90 (noventa) dias, requerer à autoridade judiciária a interrupção do tratamento.

58. De acordo com a Lei 9.605/98, que trata sobre crimes ambientais, são consideradas circunstâncias que atenuam a pena do infrator nos crimes praticados contra a flora, EXCETO:

- A) baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.
- B) ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária.
- C) arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada.
- D) colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

59. Acerca dos crimes ambientais, conforme a Lei 9.605/98 (Lei de crimes ambientais), assinale a alternativa CORRETA:

- A) Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente constitui crime ambiental contra a fauna.
- B) Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente constitui crime ambiental contra a flora.
- C) Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano constitui crime ambiental de poluição.
- D) Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida constitui crime ambiental contra a flora.

60. A respeito da improbidade administrativa, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.
- B) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- C) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações até 30% do valor da herança.
- D) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

O papel da Guarda Municipal na segurança pública



No ano de 2014, a Presidente Dilma Rouseff sancionou a **Lei 13.002** que estabelece normas gerais para as Guardas Municipais, regulando o parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal. Com a implementação do Estatuto e a ampliação das atribuições, abriu-se um debate sobre as competências desta instituição. Nos últimos anos, o município passou a ter maior destaque na discussão sobre segurança pública e prevenção da violência por tratar, justamente, da esfera governamental mais próxima dos problemas cotidianos enfrentados pelos cidadãos. A controvérsia a respeito das competências da Guarda Municipal vem acontecendo também perante o âmbito judicial em virtude da sua criação ser facultativa na Carta Magna, além da proteção aos Bens, Serviços e instalações Públicas.

No entanto, a Constituição Federal concede aos Municípios a faculdade de legislar sobre assuntos de interesse local e, na prática, a atuação dessas instituições já é uma realidade na segurança pública. Diante deste novo cenário, diversos municípios brasileiros repensaram suas políticas sociais e de segurança, buscando agregar uma medida de prevenção da violência por meio da implementação de políticas integradas no nível local. Neste contexto, a Guarda Municipal ganha destaque na construção e reformulação da segurança pública.

As Guardas Municipais foram reestruturadas a partir do art. 144, parágrafo 8º, da Carta Magna de 1988, que faculta aos municípios a sua criação. De acordo com Ventris (2010, p. 91), podemos definir a Guarda Municipal como uma "Instituição Pública Municipal, uniformizada, hierarquizada, desmilitarizada, armada ou não, de criação constitucionalmente facultativa, por iniciativa exclusiva do Executivo Municipal". Frisamos que esta instituição deve ser criada por meio de lei, para agir na prestação de serviços no âmbito da segurança pública municipal e no contexto da preservação da ordem pública. Possuem poder de polícia administrativa para agir em situações onde o cumprimento das leis municipais se faz imperioso, em casos de ameaça à ordem ou à vida e em situações de calamidade pública. Atuam também em qualquer outra situação de flagrante delito (de acordo com o artigo 301 do Código de Processo Penal), casos onde qualquer um do povo pode deter e as autoridades policiais e seus agentes devem prender quem quer que seja encontrado nessa situação.

Primeiramente, pode-se dizer que o Estatuto Geral das Guardas Municipais conferiu de fato o poder de polícia e porque não dizer, polícia ostensiva, pois resumidamente, os agentes estão autorizados por lei a auxiliar na manutenção da ordem pública. Por meio desta norma infraconstitucional, os municípios passaram a ter a opção de possuir responsabilidade direta sobre a segurança, ampliando a compreensão acerca do trabalho exercido por estas corporações.

Assim, conclui-se que o trabalho das Guardas Municipais não se limita ao caráter de proteção ao próprio municipal (pois é assim que grande parte da população a enxerga), em razão da amplitude das suas atribuições no texto legal e de sua proximidade com o povo local, seguindo uma tendência de municipalização da segurança pública, como bem executado em alguns países de primeiro mundo.

Texto disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-papel-da-guarda-municipal-na-seguranca-publica/471220443>. Acesso em 22 de junho de 2023.

Considerando o texto acima como meramente motivador, disserte, de forma objetiva e fundamentada, acerca do seguinte tema:

A GUARDA MUNICIPAL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO EXERCÍCIO FUNCIONAL FRENTE À DEMANDA POR SEGURANÇA E PROTEÇÃO DO CIDADÃO

ORIENTAÇÕES CONFORME EDITAL:

1. A Prova discursiva consistirá de redação de texto dissertativo, de, no mínimo, 20 linhas, e, no máximo, 30 linhas.
2. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos neste edital, de acordo com os seguintes critérios: a) desconto de 1 (um) ponto por linha aquém do mínimo estipulado; b) desconto de 1 (um) ponto por linha que exceda o máximo estipulado.
3. Na folha de resposta da Prova discursiva não será permitida qualquer identificação do candidato na parte destinada ao tema proposto, garantindo, assim, o sigilo do autor da Prova discursiva para a comissão de correção.
4. **A Prova discursiva abrangerá como itens de avaliação:**

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação para cada questão
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI – (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	50	De 0 a 20 – Ruim
		De 20 a 30 – Regular
		De 30 a 40- Bom
		De 40 a 50 - Muito Bom
Coerência e Coesão - CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	20	5 – Ruim
		10 – Regular
		15 – Bom
		20 - Muito Bom
Morfossintaxe – M – (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	20	Desconto de 1 ponto por erro
Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação para cada questão
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	10	Desconto de 1 ponto por erro
Total	100 pontos	

UMA HISTÓRIA
DE MUITAS
APROVAÇÕES



PM PE 2018

1 lugar geral

+250

Classificados
entre
as vagas!

EP APROVA



1.D

2.B

3.A

4.C

5.D

6.B

7.D

8.C

9.A

10.C

11.D

12.B

13.D

14.B

15.D

16.A

17.E

18.A

19.A

20.C

21.C

22.B

23.D

24.A

25.B

26.C

27.D

28.A

29.D

30.A

31.C

32.E

33.E

34.E

35.E

36.B

37.C

38.E

39.B

40.B

41.A

42.B

43.B

44.D

45.C

46.D

47.D

48.C

49.B

50.A

51.A

52.B

53.B

54.B

55.E

56.D

57.C

58.B

59.A

60.C